



EM TERRAS DE ALEMÃES TAMBÉM TEM FESTA DE NEGROS: A LUTA PELO RECONHECIMENTO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL (TAQUARA, RIO GRANDE DO SUL)

Daniel Luciano Gevehr*

Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT

danielgevehr@faccat.br



www.revistafenix.pro.br

Diogo da Silva Corrêa**

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT

dscorrea83@gmail.com

Mônica Juliana Facio***

Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT

monykjuliana06@gmail.com

RESUMO: Discute-se o patrimônio cultural imaterial como um elemento de construção da memória e da identidade, a partir de uma investigação realizada com base na documentação existente sobre os clubes sociais negros e as festas de carnaval, no município de Taquara, Rio Grande do Sul. Pretende-se dar visibilidade a estes espaços sociais, menosprezados por parte da elite local, que se compreendia como parte da população de origem identidade étnica germânica, em alusão direta ao passado da imigração alemã na região. A partir da trajetória percorrida pelos clubes negros e os festejos de carnaval, busca-se discutir sobre a necessidade de implementação de políticas públicas afirmativas, que garantam a preservação da memória e da identidade dos clubes negros, a partir do reconhecimento como patrimônio imaterial local.

* Realiza pós-doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Possui pós-doutorado em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). É doutor em história (2007) pela mesma Universidade, onde também realizou sua graduação em história (2000) e mestrado em história (2003). É Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR - FACCAT), onde também atua como Líder do Grupo de Pesquisa (CNPq) Instituições, Ordenamento Territorial e Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional

** Bacharel em Direito, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara, RS.

*** Licenciada em Filosofia, mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de programa de Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara – FACCAT, Taquara, RS.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural – Identidade – Memória - Clubes negros - Carnaval.

IN GERMAN LANDS ALSO HAS BLACK PARTY: THE FIGHT FOR THE RECOGNITION OF IMMATERIAL HERITAGE (TAQUARA, RIO GRANDE DO SUL)

ABSTRACT: The intangible cultural heritage is discussed as an element of memory and identity construction, based on an investigation carried out based on the existing documentation on black social clubs and carnival parties, in the municipality of Taquara, Rio Grande do Sul. The intention is to give visibility to these social spaces, underestimated by the local elite, who understood themselves as part of the population of Germanic ethnic identity origin, in direct allusion to the past of German immigration in the region. Based on the trajectory of black clubs and carnival celebrations, we seek to discuss the need to implement affirmative public policies that guarantee the preservation of the memory and identity of black clubs, based on recognition as local intangible heritage.

KEYWORDS: Cultural Heritage – Identity – Memory - Black clubs - Carnival.

INTRODUÇÃO

Várias histórias e memórias surgem quando falamos em festa, em momento de lazer e descontração, sendo essas memórias em sua grande maioria de prazer e diversão. Esses momentos se tornam fonte de amizades, de amores e de construções subjetivas diversas. Essas construções são denominadas pela ciência de bens imateriais que vêm ganhando a cada dia mais espaço de discussão.

Tratam de temas complexos, como o reconhecimento das culturas e identidades de minorias étnicas e econômicas, que foram desenhando seu espaço social e cultural pela resistência, persistência e luta política. Pensando a respeito destas lutas e resistências através da arte e das manifestações culturais, este artigo aborda o processo de constituição dos espaços de festas: os salões dos ‘pretos’ e dos ‘brancos’ na cidade de Taquara, Rio Grande do Sul, nas décadas de 1950, 1960, 1970 e o processo de abertura destes espaços através do carnaval.

Este estudo se caracteriza como uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. A investigação se realizará através de pesquisa documental dos salões sociais de negros e do carnaval no município de Taquara, Rio Grande do Sul. Também contará com uma análise que considera o referencial teórico e de análise crítica dos documentos, que abordam as políticas públicas ligadas ao patrimônio imaterial, memória e identidade.

O presente artigo está dividido em cinco seções, organizadas da seguinte forma: a seção dois apresenta a caracterização do município de Taquara/RS, a seção três aborda as temáticas do patrimônio imaterial e identidade, a seção quatro trata das festas como memória viva descrevendo o cenário histórico do carnaval do município, e na seção 5 serão expostas as conclusões do estudo.

CARACTERIZAÇÃO DO CENÁRIO DA PESQUISA

Taquara é um município do Vale do Paranhana, Região Metropolitana de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil. Município de colonização predominantemente alemã localizada na Encosta Inferior do Nordeste, região do COREDE Paranhana/Encosta da Serra. Segundo estimativa do IBGE (2010), Taquara possui em torno de 54.656 habitantes, sendo que a maioria reside na área urbana e apenas 9.380 destes moram na zona rural, sendo 34.423 brancos e 6.530 pretos/pardos.

Encontra-se a menos de 100 km da capital Porto Alegre, das cidades de Gramado, Canela e do Litoral Norte. Tem seus limites ao Norte com os municípios de Igrejinha, Três Coroas e São Francisco de Paula; ao Sul, com Glorinha e Gravataí; ao Leste, com Rolante e Santo Antônio da Patrulha; e no Oeste, com Parobé, Sapiranga e Novo Hamburgo.

O município abriga, em seu território, atividades que surgiram a partir dos empreendimentos familiares dos imigrantes, em grande parte de origem germânica, ligados em sua maioria aos setores agrícola, industrial e comercial, em grande parte com mão de obra escrava.

Segundo, Fernandes (2008) a colonização de Taquara começou no início século XVIII até o século XIX, muito antes da chegada dos imigrantes alemães, sendo que sua ocupação estava condicionada à política do governo central. O território correspondia aos espanhóis (Tratado de Tordesilhas), mesmo se tratando de um governo português no restante do território do Império.

O desejo português de fazer parte dos lucros com as minas de Potosí através do comércio, gerou guerras e disputas[...] Essa movimentação de tropas, de exércitos dos dois lados, foi responsável pela movimentação de pessoas para a ocupação do Vale dos Sinos e Paranhana. Havia por essas terras tanto pessoas de origem lusa, como indígenas e espanhóis. (FERNANDES, 2008, p. 26).

A partir do Tratado de Santo Ildefonso instaura-se um período de paz o que possibilita as atividades agropecuárias e madeireiras. A colonização alemã iniciou em 1846 com a chegada de Tristão Joze Monteiro e a compra da fazenda do Mundo Novo. “Em 1845, a 2 de junho, Tristão Joze Monteiro e Jorge Eggers compraram da viúva Libania Corrêa de Leans a Fazenda do Mundo Novo. [...] Em 1846 funda a Colônia do Mundo Novo, localizada no lugarejo Pinhal.” (FERNANDES, 2008, p.29)

A colônia foi dividida em lotes e abrigava 120 famílias, que exerciam atividades econômicas como: agricultores, tanoeiros, oleiros, ferreiros, marceneiros, construtores, extração de pedras, farinha de mandioca, biju, polvilho, milho e trigo, carnes, ovos e leite. No que se refere as indústrias eram presentes: atafonas de farinha de mandioca, engenhos de farinha, azeite, cana, grão, serrar madeira, serraria, curtumes, ferrarias e fábrica de arreios.

Segundo Muller e Sobrinho (2008) a instalação da via-férrea em 1903, trecho Novo Hamburgo/ Taquara/Canela foi um dos grandes agentes de desenvolvimento social e cultural, crescimento populacional e influência na política que elevaram o status de Taquara como o centro cultural e comércio regional, se tornando sede, por decreto, das localidades que dariam origem às cidades de Canela, Gramado, Três Coroas, Igrejinha e Parobé. Assim sendo local de idas e vindas e de grande trânsito de muitas pessoas oriundas de diversos lugares.

Essa caracterização do território se faz pertinente para entender o que possibilitou a esse território ter dois salões de bailes somente para negros, e qual seria o impacto deste espaço na construção cultural deste município.

PATRIMÔNIO IMATERIAL E IDENTIDADE

A cultura imaterial, a memória, é entendida pela literatura como tudo aquilo que não pode ser tocada, mas que pode ser sentida e assim sendo recebem valor por parte de uma sociedade. Assim sendo eventos culturais ganham dimensões de patrimônio da mesma forma que as obras de artes, os edifícios e os objetos (SANTOS, 2003).

A noção de patrimônio cultural imaterial visa dar uma resposta aos anseios de reconhecimento de um amplo e multifacetado conjunto de processos culturais. É a criação de espaço na política pública para agentes, suas criações, seus públicos, seus problemas e necessidades peculiares. Trata, portanto, de incorporar a diversidade cultural de um

território e jogar luz sobre o relevante tema da inclusão cultural e dos efeitos sociais dessa inclusão (CASTRO; FONSECA, 2008). Para Borges (2005) o interesse pelo reconhecimento dos bens imateriais é difuso, ainda que o valor cultural faça sentido mais para uma comunidade inserida numa coletividade mais ampla, ou seja, esses bens são considerados representativos da “memória coletiva”, oportunizando o reconhecimento de diversas identidades num mesmo território.

Reis & Figueiredo (2015) compreendem o patrimônio imaterial a partir de uma complexidade que ultrapassa sobremaneira o conceito pensado e exposto na Constituição Federal de 1988¹. Tal constatação é justificável pela lista não taxativa de aspectos que podem influenciar e formar patrimônio, como percepções de herança, tradição, diversidade, etnia, referencial, pertencimento, construção social, que são tão importantes quanto a identidade e memória (GEVEHR; DILLY, 2017).

Nesse contexto, é preciso destacar que o conceito de identidade como processo de transformação contínua de indivíduos nos aspectos culturais, sociais, políticos etc., foi se amoldando ao longo da história e teve a descentralização do foco de análise como seu principal elemento. Antes, a identidade iluminista se pautava pela centralidade no indivíduo que era dotado de sua própria essência que o acompanharia ao longo de sua trajetória de vida, racionalmente imutável. Segundo Hall (2006), essa concepção passa a incorporar aspectos sociológicos que eram administrados internamente em cada indivíduo numa relação entre o externo e o interno, que ainda era mantinha um núcleo de essência inalterável.

É na concepção pós-moderna que identidade toma contornos de transitoriedade, onde as memórias e as dinâmicas culturais não deixam espaço para que se compreenda o homem com um “eu real” inabalável e único. O todo é uma constante construção. A partir desses desdobramentos, a identidade passa a ser um tema delicado e muito influenciável. O sentimento de pertencimento, nesse caso, vincula os indivíduos aos discursos arraigados, principalmente, à cultura nacional, produzindo sentidos não biológicos, mas históricos que identificam o sujeito (HALL, 2006).

¹ CF, Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Os discursos, portanto, são os fios condutores das memórias que serão mais ou menos elaborados, exaltados e registrados, movimentando sentimentos formadores de “identidades”, dependendo do interesse de seu emissor. Nesse sentido, o “processo da memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desse vestígio” (LE GOFF, 1984, p. 12).

Apesar de todas as interrelações e metamorfoses a que se expõem a identidade a partir dos processos de globalização, as origens nacionais pesam bastante na sua dinâmica de representações e no fluxo constante de discursos. Uma nova representação (ou releitura de um discurso) é “convocada” para compor o espaço vazio deixado por outro discurso. Essas articulações acabam definindo uma hierarquização do que é ou não identidade merecedora de patrimonialização, muitas vezes deliberadamente motivadas por interesses de quem detém poder (HALL, 2011).

O reconhecimento do que é ou não patrimônio, do que precisa ser lembrado e o que deve ser esquecido é um processo complexo. Conforme Ferreira (2006), as essas escolhas têm sempre um caráter eletivo: definem o que vai representar um grupo, uma sociedade, ou a própria humanidade no seu sentido mais amplo. Nas palavras de Hartog (2014, p.193), funciona como uma forma de expressão do *álter ego*, ou seja, uma maneira de a sociedade expressar. Vasconcelos (2018) lembra que essa eleição depende do contexto de formação social dos grupos que estão no poder, de tal forma que a valoração dos objetos produzido no passado explicam como os povos e sua elite se relacionavam com o passado distante e o presente. É, de fato, um processo conflituoso e como tal é abordado por Chagas (2005):

Reconhecer a inseparabilidade entre memória e poder, entre preservação e poder, implica a aceitação de que esse é um terreno de litígio e implica também a consciência de que o poder não é apenas repressor e castrador, é também semeador e promotor de memórias e esquecimentos, de preservações e destruições (Chagas, 2005, p. 3).

Os trabalhos de Silva (2017) e Peres de Lima (2016) revelam exemplos de como algumas expressões populares, notadamente as vinculadas às heranças africanas, tiveram a trajetória histórica marcadas pela repressão e proibição, passando pela tolerância e aceitação para, finalmente, ser reconhecida e incorporada à cultura de um território.

Ambos descrevem a verdadeira luta pelo reconhecimento e respeito à cultura de comunidades negras que só recentemente conseguiram o status de patrimônio cultural em

suas realidades. Os cenários são parecidos: no primeiro caso, os negros e negras que se expressavam através do jongo, cultura difundida especialmente no Rio de Janeiro desde a época da escravidão, eram taxados de “incivilizados” e “bárbaros” e faziam a “dança de negros”. Já na cidade de Jaguarão, no Rio Grande do Sul, o Clube social negro 24 de outubro era um dos locais, segundo “famílias brancas” e de classe média da cidade, a serem deliberadamente evitados por ser um “clube mal frequentado”. Esses exemplos demonstram o preconceito arraigado na memória social e a necessidade de reivindicação constante de espaços, mesmo após o reconhecimento através da patrimonialização.

Essas realidades também são observadas nos tombamentos realizados pelo IPHAE/RS (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado), mesmo ampliando o conceito de patrimônio para acolher aspectos imateriais, nem todos os diferentes grupos étnicos têm suas tradições representadas. O lugar das diferentes etnias indígenas e africanas nesses espaços, embora estabelecidos no Rio Grande do Sul, é proporcional à participação dessas comunidades nas posições de poder, sendo amplamente desfavorecidos. (GEVEHR; DILLY, 2017).

A fim de evitar (ou de reduzir a ocorrência desses fenômenos), mostra-se extremamente necessário depurar memórias. Revisitar o passado e refazer a construção de suas narrativas, observando espaços vazios do discurso e as possíveis motivações para os silenciamentos.

As comemorações, assim como os monumentos de memória, auxiliam, bem ou mal, na formação de uma identidade individual no sentido coletivo de pertencimento. Debruçar-se sobre registros desses acontecimentos pode ajudar nesse processo de rememoração discursiva. Ribeiro (2002, p.44) aponta que, no contexto das festividades, acontecem atividades e rituais que unem os nós que organizam e dão sentido às memórias. A oportunidade desse “conjunto festivo-ritual” possibilita a formação um feixe de relações capazes de converter a experiência festiva em situação de aprendizagem com múltiplas dimensões: históricas, estéticas ou religiosas, políticas, sociais ou simbólicas.

Nesse contexto, a memória patrimonial passa a ser concebida e relacionada como composição de determinados valores, que passam a se tornar representação social e histórica. Seu valor está em representar a identidade de determinado grupo, cidade, nação, etnia, agrupamento cultural, de determinado evento, ou período histórico ao qual pertenceu. (FONSECA, 2003).

Reconhecer como patrimônio imaterial manifestações culturais reprimidas e que sofreram (e sofrem) preconceitos diversos não significa resolver um problema. Certamente abrem-se possibilidades de discussões de uma série de problemáticas, especialmente como a do “não lugar” ocupado pela população negra nas políticas patrimoniais (PERES DE LIMA, 2016). As políticas públicas têm grande importância na luta social por reconhecimento, auxiliam no desenvolvimento de territórios, no empoderamento dessas populações, pautando a superação de desigualdades sociais.

Na seção que segue, são discutidas as manifestações culturais intangíveis oriundas da cultura negra e a importância delas na dinâmica local e regional.

AS FESTAS COMO MEMÓRIA VIVA- DIMENSÕES IMATERIAIS

Ao discutir os significados da preservação da memória de um determinado grupo social, neste caso os negros, é necessário sempre se questionar quem elege o que se deve ou não preservar, deve-se ou não constituir memória, deve-se ou não se tornar cultura. Por que e o que se torna patrimônio? “[...]toda seleção e justificativa não são aleatórias e estão ligadas a interesses de grupos que estão no poder” (TANNO, 2018)

A luta dos negros para pelo seu direito de significação se faz necessário pelo fato de toda história do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Taquara ser branca, tendo a narrativa de brancos como parte natural da organização social e individual, definindo assim os bens patrimoniais a serem preservados de forma elitizada reproduzindo uma visão colonizadora, monocultural e eurocêntrica. Sendo que essa luta se deu pela resistência do carnaval, combatendo com altivez e força o preconceito, o racismo e a violência social e moral.

O primeiro bem cultural reconhecido pela UNESCO no Brasil e que não fazia parte da cultura daqueles que desde a colonização do Brasil até hoje ocupam os espaços de poder, de narrativa e de memória, foi o Samba de Roda do Recôncavo Baiano, sendo nomeado como bem cultural intangível ou imaterial. (SANTOS, 2003)

As manifestações culturais intangíveis oriundas da cultura negra têm grande contribuição na organização social e política do município de Taquara, principalmente o Carnaval e as festas de samba, influenciando modos de vida, organizando a forma que as pessoas se veem, atuando como resistência ao preconceito e contribuem para a confrontação social e o não esquecimento.

Taquara, por sua característica regional, sempre foi considerada um polo cultural, onde aconteciam todos os eventos importantes, desde de reuniões até as grandes comemorações, tudo isso em função de seus salões, clubes, sociedades e cinemas. A cidade sempre foi movimentada culturalmente, mas também por essa vocação de articuladora das relações de poder de forma regional, teve em sua história a função de separar e segregar tudo e todos que não pertencessem ao *status quo* da época, logo suas festas, bailes e reuniões eram somente para brancos pertencentes a uma elite, mesmo quando se tratava de uma cultura não pertencente a essa mesma elite, como o carnaval.

Taquara, antes da década de 60, vivenciou uma forte segregação racial em seus clubes/sociedades sociais. Havia clubes/sociedades para etnia negra e para a etnia branca. Para a etnia negra, os eventos - que iam além do carnaval - eram realizados nas sociedades recreativas Flor do Sul (Salão da Dona Palmira) e União da Mocidade (Sociedade dos Morenos). Na época, brancos não podiam frequentar esses salões. Dona Palmira, mulher empreendedora, logo permitiu que brancos entrassem em seus eventos apenas para consumo, sem poder dançar! Esses dois clubes não existem mais, mas fizeram histórias (Origens do Carnaval em Taquara).

Imagem 1. Festa dos negros. Salão Flor do Sul. Taquara-RS- Década de 1960.



Fonte: Acervo Origens do Carnaval de Taquara.

Mesmo o Rio grande do Sul sendo a província do Brasil que menos recebeu escravos, “apenas 2% do total de africanos no Brasil aportaram por aqui” (SOUZA, 1961), as manifestações culturais ligadas ao povo africano sempre foram muito presentes no município de Taquara, tanto pela religiosidade, quanto pelas festas.

Os africanos que aqui chegaram são oriundos, em sua grande maioria, das Tribos *Nagôs* que trazem consigo a religiosidade da Umbanda, Quimbanda e Batuque, Batuque esse que dá origem as batidas reconhecidas hoje nas escolas de samba, grupos de samba e pagode (Souza, 1961). Sendo esse contexto que possibilitou um carnaval expressivo e as festas de samba no município, mas também um não aceite por parte da comunidade negra que sua cultura fosse utilizada pelos brancos sem o seu protagonismo. Assim nascem clubes e sociedades somente de negros em Taquara, como forma de manter a cultura e sua representatividade viva.

Em 1908, mas especificamente em abril, funda-se a Sociedade 13 de Maio, na localidade onde hoje se encontra a cidade de Parobé, já em 1918, também em abril, funda-se a segunda Sociedade 13 de Maio, essa mais ao centro da cidade, atuando assim como co-irmãs, realizando agendas de festas e atividades de Negros para Negros até o ano de 1930. Em 1948, na Rua Rio Branco, foi fundada a Sociedade dos Morenos (Sociedade Recreativa união da Mocidade), tendo como presidente Acylino Pereira de Oliveira. Em 1956 funda-se a Sociedade Recreativa Flor do Sul, situado na Rua Pinheiro Machado, mais conhecido como Salão da Dona Palmira (Souza, 1961).

Antes da década de 60, os clubes e sociedades em Taquara eram divididos entre classes sociais e etnias. Os clubes e sociedades da etnia branca não permitiam a entrada de negros, a não ser quando estes eram prestadores de serviços. Foi por volta da década de 60, após Dona Palmira e as Diretorias do Clube Comercial e Sociedade 5 de Maio conversarem, que os blocos e/ou foliões negros puderam entrar no Clube Comercial ou Sociedade 5 de Maio para darem apenas uma (01) volta no salão, confraternizando com os foliões lá presentes, e depois se retirarem (ORIGENS DO CARNAVAL DE TAQUARA).

Esses salões e sociedade só admitiam em sua diretoria e em suas atividades sociais negros, uma resposta a segregação realizada pelos salões e sociedades de Taquara, que só permitiam negros como mão de obra para servirem aos brancos.

Imagem 2. Carnaval Clube Comercial na década de 1990.



Fonte: Acervo Origens do Carnaval de Taquara.

O primeiro Carnaval de rua em Taquara foi em 1969, se repetindo até 2009, porém desde 1940 eram organizados blocos de rua para brincar o carnaval, sendo o único momento que brancos e negros foliavam juntos.

O Carnaval de Rua movimentava a economia, o turismo e a cultura de Taquara. Houve um ano em que a Escola de Samba Unidos da Pinheiro desfilou com aproximadamente quinhentas (500) pessoas. As costureiras que entrevistamos nesta pesquisa nos relataram que toda a família se envolvia na prestação de serviço. As lojas de tecido, armarinhos/miudezas da cidade já avisavam, meses antes, aos carnavalescos sobre os prazos para encomendas e/ou promoções. No dia do desfile, a rua Júlio de Castilhos recebia milhares de pessoas que chagavam cedo para garantir um bom lugar. (ORIGENS DO CARNAVAL DE TAQUARA).

De 2009 até 2014, houve um hiato no que se refere a essa festividade de forma coletiva, retomando a mesma em 2014 com o nome Carnaval Legal, hoje Carnaval Cultural, momento onde todos são bem-vindos e brincam juntos. (Diretoria de Cultura de Taquara).

O carnaval em Taquara se mostra um movimento que resiste e aponta um caminho a ser seguido pelo setor público, o de combate ao ideal de branqueamento e a dominação cultural do patrimônio branco sob o negro.

Imagem 3. Cenas do Carnaval de rua de Taquara.



Fonte: Origens do Carnaval de Taquara. Acesso 03/03/2020

Portanto, é necessário a criação de políticas públicas locais que reconheçam como patrimônio imaterial o carnaval, clubes sociais de negros e as festas de samba, criando ações de resgate e preservação patrimonial desta parcela da população que continua a lutar por sua herança e protagonismo.

PATRIMÔNIO E RECONHECIMENTO: O VALOR DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas de patrimônio imaterial tem se tornado, cada vez mais, algo urgente e emergente para o reconhecimento das alteridades silenciadas por narrativas hegemônicas e excludentes. Contudo, infelizmente as políticas patrimoniais imateriais ainda não tem o reconhecimento devido por parte dos municípios, devido aos poucos anos de sua implantação no Brasil.

[...] patrimonialização está voltada à preservação de bens materiais e imateriais das culturas existentes no Brasil e é resultado de regulações recentes. Somente a partir de 2000, com a institucionalização da política nacional de patrimônio imaterial, começa a inserção de novas demandas e atores em busca do reconhecimento de seu repertório cultural (PERES DE LIMA, p. 150).

A partir da etnografia do projeto “Origens do Carnaval em Taquara”, realizou-se uma pesquisa sobre a história cultural, social e econômica das festividades do carnaval no município nos últimos oitenta anos. O trabalho evidencia a necessidade do reconhecimento pelo setor público deste belo patrimônio como fomento, proteção e promoção da cultura negra neste município.

O tombamento serviria não só como um ato formal, mas poderia fomentar a desconstrução do fenômeno do carnaval como algo negativo, buscando assim o autorespeito por essa festa popular e democrática que foi a grande fomentadora e articuladora na construção de espaços coletivos no município.

O referido estudo se deu através de entrevistas concedidas por pessoas que fizeram e/ou fazem parte da história do carnaval taquarense e através de levantamentos escritos e fotográficos. O objetivo principal é responder a seguinte questão: Como uma festividade folclórica realizada na comunidade com apoteose durante tantas décadas está hoje quase extinta? Concluindo

São diversos os motivos que causaram essa decadência. Para a equipe da pesquisa, dois fatos que mais impactaram para decadência do carnaval taquarense foram a partir dos governos populares em 2003. A população que fica na faixa econômica conhecida como classe C, teve ganhos em sua rentabilidade e passou a ter sobra no orçamento, com isso essa classe - que era o grande público do carnaval de Taquara - passou a viajar mais, trazendo uma evasão da plateia na avenida do carnaval de Taquara. Por outro lado, o preconceito e a intolerância se transformaram em um discurso de ódio contra a festividade e os organizadores e carnavalescos envolvidos, causando um enfraquecimento do evento e um distanciamento do poder público no fomento do carnaval de rua (ORIGENS DO CARNAVAL EM TAQUARA).

O preconceito e o processo de segregação social, que deu origem ao povoado Taquara do Mundo Novo, foi aos poucos, após o processo de abertura das comemorações coletivas e democráticas, fazendo com que o carnaval perca seu espaço na cena cultural do município. Contudo, é importante destacar que se houvesse incentivo do poder público

e uma agenda propositiva no que se refere a essa manifestação cultural, possivelmente a mesma teria salvaguardada.

Existe hoje uma grande preocupação dos movimentos ligados à cultura popular quanto à continuidade do tradicional desfile carnavalesco de rua. Por este motivo, faz-se necessário uma ação cultural que afirme junto à comunidade taquarense o valor simbólico popular que essa festividade folclórica representa na construção da identidade cultural e histórica do município, sua formação social, cultural e econômica. Segundo a UNESCO, a afirmação da cultura de um povo proporciona a compreensão da diversidade cultural que constitui o folclore popular (ORIGENS DO CARNAVAL EM TAQUARA)

Nesta perspectiva, a marcante presença na historicidade de Taquara, fundamenta uma mobilização coletiva afim de que tanto o carnaval como os clubes sociais negros tenham sua parcela de construção histórica reconhecida e preservada, mas também se faz necessário alcançar, através de equipamentos oriundos de políticas públicas, a possibilidade que essa manifestação tenha possibilidade de ser (re)significada e conduzida por meio do calendário oficial do município de Taquara ao seu verdadeiro lugar, o de transformação dos códigos sociais através da arte e de reconhecimento de seu valor na construção deste espaço social.

CONCLUSÃO

Conclui-se o quanto a representatividade importa e o quanto devemos preservá-la para validar nossa história, mas também nos lançarmos na construção de dias com equidade e justiça social. No período de grande segregação no município de Taquara, entre as décadas de 1950 e 1970, onde somente brancos podiam ocupar espaços sociais e festas, grupos de negros se organizaram e construíam seus próprios espaços sociais, os chamados ‘Salões de Negros’. Esses espaços foram de extrema importância para construir a identidade e também o autorespeito desta parcela da população, pois nestes salões podiam viver sua cultura sem constrangimento.

Tal conquista possibilitou que pessoas negras tivessem destaque em uma sociedade recortada pelo preconceito e discriminação, um exemplo é Dona Palmira Antônia de Souza, proprietária, na década de 1950, do Salão de Negros Flor do Sul. Palmira é retratada como uma mulher empreendedora, a frente de seu tempo, com grande consciência política e social de seu papel de mulher negra, possibilitando assim que essa

grande manifestação cultural, que o carnaval, pudesse também ser o grande momento de construção subjetiva para os seus. Tal construção, teve o reconhecimento tardio, em 2019 através da Lei Ordinária 105, que denomina Palmira Antônia de Souza uma rua do município de Taquara.

Logo, qualquer forma de preservação cultural é salutar. Entretanto, ações de preservação da memória destes espaços de valorização de uma cultura silenciada se faz urgente para que a história do município de Taquara seja realmente fidedigna, não é possível que o patrimônio cultural associado à população afro-brasileira, tão representativo no município, fique excluído e esquecido e não reconhecido com patrimônio do povo taquarense.

Desta forma, duas constatações são levantadas pelos autores: primeiro, a urgência do reconhecimento como patrimônio cultural imaterial do município de Taquara os clubes conhecidos como “salões de Negros”; segundo, a emergência na construção de políticas públicas locais para a preservação e manutenção do carnaval de rua.

Por outro lado, é necessário que ações de pesquisa, registro e comunicação social sejam realizados pela academia, aqui destacamos o curso de história das Faculdades Integradas do Vale do Paranhana, localizada em Taquara, como a possuidora desta expertise, pois os munícipes não conhecem essa parte de sua história e por isso não há reconhecimento e sentimento de pertencimento na defesa do carnaval e outras manifestações culturais ligados a cultura afro, combatendo assim as imagens distorcidas e as informações elitistas que são difundidas a respeito desta manifestação.

Do que foi pesquisado, é possível concluir que a trajetória histórica dos clubes de negros e do carnaval em Taquara, comportaram momentos de segregação, de rejeição, de tolerância, de abertura e de incorporação. O momento atual é o de construção de sentido, de resgate de significados, de avanço representativo, sendo possível afirmar que o carnaval faz parte do imaginário e da construção subjetiva de grande parcela da população e necessita ser reconhecido pelo poder público municipal, possibilitando, através de políticas públicas sua realização de forma democrática.

Vê-se assim que, no cenário atual urge a experiência de volta ao que fez sentido, ao que construiu cenários, ao que possibilitou reconhecimento, ao que fez história. Urge o relato e a fala sobre esse período, seja nas escolas, nas praças ou na academia, pois o desaparecimento destes espaços não constrói a autenticidade e o protagonismo que a população negra taquarense merece. Urge o debate persistente sobre o tema da cultura

negra neste cenário, contrariando prognósticos sombrios sobre seu desaparecimento, pois o Carnaval é vida e é resistência.

Por fim, é importante afirmar que o carnaval, desde os tempos das festas em clubes, dos salões de brancos e de negros, até os dias atuais, onde a festa acontece na rua, tem servido para construir identidades políticas e afirmar direitos, pelo fato de que homens e mulheres podem reconhecer e vivenciar sua herança, a luta dos seus pares por dignidade e celebrar seus antepassados. Logo, a partir daqui a missão deste estudo é o de comunicar a respeito desta manifestação local, possibilitando assim pensar em políticas públicas afirmativas que possibilitem o reconhecimento e o empoderamento desta importante história de alteridade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROSO, Véra Lucia Maciel; SOBRINHO, Paulo Gilberto. **Raízes de Taquara, Vol. I, II: XIX encontro dos municípios originários de Santo Antônio da Patrulha**. EST, 2008.

BORGES, M. A. **O tombamento como instrumentos jurídicos para a proteção do patrimônio cultural**. *Revista Jurídica.*, 7(73), p.1-4, 2005. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_73/artigos/MarcoAntonio_rev73.htm. Acesso em: 10 mai. 2020.

CASTRO, M. L. V. de; FONSECA, M. C. L. **Patrimônio imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CHAGAS, M. (2005, 18 de maio). **Cultura, Patrimônio e Memória**. *Revista Museu*. Disponível em: <http://www.revistamuseu.com.br/18demaio/artigos.asp?id=5986>. Acesso em: 29 fev. 2020.

FERREIRA, M. L. M. **Patrimônio: Discutindo Alguns Conceitos**. *Diálogos*, v. 10, n. 3, p. 79 - 88, 5 ago. 2017.

FONSECA, M. C. L. **Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural**. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 56-76.

GEVEHR, Daniel Luciano; DILLY, Gabriela. Patrimônio cultural e tombamento no Rio Grande do Sul: uma contribuição para os estudos urbanos. **Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, [s.l.], v. 9, n. 2, p.262-275, 23 mar. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/urbe/v9n2/2175-3369-urbe-2175-3369009002AO08.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2020.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

IPHAN. **Celebrações e saberes da cultura popular**: pesquisa, inventário, crítica, perspectiva. Rio de Janeiro: Iphan; CNFCP, 2006. (Série Encontros e Estudos, n. 5)

IPHAN. **Patrimônio cultural imaterial para saber mais**. Brasília: Iphan-MinC, 2007.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. 3. ed. Brasília: Iphan/MinC, 2008.

IPHAN. **Programa Nacional do Patrimônio Imaterial**. 3. ed. Brasília: Iphan/MinC, 2008

LE GOFF, J. **Memória**. Lisboa: Einaudi, 1984.

PERES DE LIMA, Alexandre. **Lutas Diuturnas**: políticas públicas, patrimônio e reconhecimento do clube social negro 24 de Agosto na cidade de Jaguarão (RS). Ciências Sociais Unisinos, Vol.52, núm.2, maio-agosto de 2016, pp. 149-161. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Brasil.

Reis, A. S., & Figueiredo, B. G. (Ed.). (2015). **Patrimônio imaterial em perspectiva**. Belo Horizonte: Fino Traço.

RIBEIRO, C. M. P. J. **Festa & identidade**: como se fez a Festa da Uva. Caxias do Sul: Educ, 2002.

SANTOS, Rafael. **Dimensões imateriais da cultura negra**, in Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. DP&A. Rio de Janeiro, 2003

SILVA, Silvia Cristina Martins de Souza. **De dança de negros a patrimônio cultural**: notas sobre a trajetória histórica do jongo do sudeste brasileiro. Diálogos. Maringá, 2012.

SOUZA, Natalino Teixeira. O africano no desenvolvimento do RS. In: **Congresso Tradicionalista Gaúcho**, 8, 1961, Taquara. 50 anos Carta de Princípios. Danna Produções, 2011. P. 55-66

TANNO, Janete Leiko. **Patrimônio Cultural dos afrodescendentes**: preservação, memória e recepção. Revista Patrimônio e memória- Unesp. São Paulo, 2018

TAQUARA. Sítio eletrônico: <http://www.taquara.rs.gov.br/?titulo=Not%EDcias&template=conteudo&categoria=817&codigoCategoria=817&idConteudo=2712&idNoticia=8847&tipoConteudo=INCLUE>. Acesso em 11 de fev. de 2020.

TAQUARA. Sítio eletrônico: <https://web.facebook.com/origensdocarnaval>. Acesso meses de janeiro, fevereiro e março de 2020.

VASCONCELOS P. JUNIOR, Magno. Patrimônio cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil. *Biblio3W*. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**. [En línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 jun. 2018, vol. XXIII, nº 1.239. Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/b3w-1239.pdf>. Acesso em 02 mar. 2020.

RECEBIDO EM: 15/05/2020

PARECER DADO EM: 20/10/2020